

Educação para a cidadania: o projeto Parlamento Jovem em Araraquara – SP

ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO
BRUNO SOUZA DA SILVA
EDUARDO SEINO

INTRODUÇÃO

■ Em pesquisa de 2008 feita pelo *Datafolha*¹ junto a jovens brasileiros constata-se que 79% dos entrevistados não tinham o menor interesse em participar de partidos políticos, 71% não queriam participar de sindicatos, 54% não se importavam em atuar em grêmios escolares ou centros acadêmicos. O interesse de participação dos jovens estava situado em grupos religiosos (39%), seguido de trabalhos voluntários ou comunitários (24%) e movimentos em defesa da natureza e animais (12%). Considerando estes dados, é possível aventar que os jovens têm pouco interesse de participar em espaços mais tradicionais da política, o que não quer dizer que não se interessem por ela.

Próximo das eleições de 2014, a revista *Isto É*² divulgou uma pesquisa sobre o que os jovens brasileiros pensam a respeito de política. Dentre as respostas, destaca-se que, para 80% dos entrevistados, a política é determinante para o cotidiano do país, e, para 70%, o voto é capaz de transformá-lo. Dessa maneira, é possível deduzirmos que a juventude reconhece a política como uma atividade central.

-
- 1 Pesquisa intitulada “Jovens Brasileiros”. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2008/07/1224167-jovens-brasileiros.shtml>. Acesso em 13 de fevereiro de 2016.
 - 2 A pesquisa foi realizada pelo Instituto Data Popular com 3.500 jovens e veiculada pelo site da revista *Isto É* sob o título “O que os jovens pensam sobre política”. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/380009_O+QUE+OS+JOVENS+PENSAM+SOBRE+A+POLITICA. Acesso em 13 de fevereiro de 2016.

Mas será que os jovens a compreendem? E educá-los politicamente, é necessário? Para pensarmos a respeito destas perguntas, podemos recorrer novamente à pesquisa divulgada pela *Isto É*: a cada dez jovens, apenas quatro admitiram entender de política. Contudo, há outras razões que nos fazem considerar a importância de educar cidadãos para a vida democrática: as de ordem teórica.

Em tempos recentes, temos observado a multiplicação de iniciativas que defendem uma formação política voltada para a cidadania. Ainda que com títulos diversos – “educação para a cidadania”, “educação política”, “educação cívica”, “letramento político” –, essas experiências compartilham a convicção em torno da necessidade dos cidadãos compreenderem determinados temas e interiorizarem práticas que contribuem para qualificar a sua relação com a política democrática³. Essas atividades ocorrem de formas diferentes, dependendo do público que se quer atingir, do modelo e da metodologia da proposta, bem como da construção da parceria entre aqueles que desenvolvem determinado projeto nesse sentido.

À luz da discussão a respeito da educação para a cidadania, nosso objetivo neste artigo é analisar os resultados da experiência de formação política realizada pelo projeto Parlamento Jovem da Câmara Municipal de Araraquara. Este, por sua vez, foi desenvolvido a partir da parceria entre o Laboratório de Política e Governo (LABPOL) da UNESP/Araraquara, Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara e instituições de educação básica da cidade.

Para cumprir com este objetivo organizamos o artigo da seguinte maneira: primeiramente, pontuamos alguns aspectos considerados fundamentais no debate teórico acerca do tema da democracia e da formação política para a cidadania. Na sequência, descrevemos o projeto Parlamento Jovem a partir do diálogo com essa literatura e apresentamos determinados resultados da pesquisa feita junto aos jovens participantes do projeto a respeito das suas percepções sobre o curso e temas políticos. Por fim, tecemos algumas considerações finais sobre a relevância do debate teórico frente à experiência do projeto descrito, elencando alguns elementos que merecem atenção específica nas ações de educação para cidadania.

1. DEMOCRACIA E EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

■ Para discutirmos o tema da democracia e da educação para a cidadania é indispensável situar e debater previamente o tema da formação dos cidadãos, es-

3 Por política democrática, estamos entendendo desde a interação que os cidadãos estabelecem entre si por meio do diálogo, negociação e intermediação de conflitos até a interação que estabelecem com as instituições políticas, suas regras e seus procedimentos.

clarecendo os termos nos quais estamos tratando de cidadania, e, o que se espera dela no registro da democracia. Falamos em formação dos cidadãos por ser uma questão que está presente nas discussões que transpassam a agenda de importantes tradições da teoria política e também por tratar-se de um problema real do nosso tempo.

Dentro da tradição republicana, por exemplo, o tema do civismo sempre ocupou um lugar caro enquanto um “ideal de excelência” na prática da cidadania (Araújo, 2000). Em outras palavras, para os republicanos, os cidadãos necessitam de uma preparação, norteadas sempre por uma ideia abstrata de bem comum, para integrar a comunidade política responsável pela tomada de decisões que afeta a república. Em decorrência disso, o léxico republicano é preenchido por termos como “virtude” e “responsabilidade”, centrais para a qualificação da capacidade moral dos cidadãos, bem como do conhecimento técnico da atividade política.

O problema é que o critério de qualidade republicano deparou-se com uma dificuldade concreta trazida à tona pela experiência democrática: a inclusão das multidões. Não é desconhecido que um dos maiores receios dos republicanos é o corrompimento dos cidadãos e de suas virtudes cívicas. Ocorre que, num contexto democrático, plural e inclusivo, a ideia abstrata de bem comum é constantemente ameaçada pelos diversos interesses e conflitos de grupos naturalmente resultantes do inexorável direito de participar. Em suma, o ideal de extensão da cidadania insere um obstáculo ao ideal de excelência pretendido pelos republicanos⁴, uma vez que cultivar as virtudes entre “muitos” não é uma tarefa fácil.

Dada a necessidade de abarcar a ampla inclusão dos cidadãos, o arranjo institucional que se tornou mais aceito foi a combinação de democracia com governo representativo⁵. Especialmente Stuart Mill (1964 [1861]) é o nome de maior relevância na confiante defesa desse modelo. Porém, ainda que a principal reivindicação democrática esteja presente na inclusão dos cidadãos, reconhecendo-os como detentores da própria soberania e igualmente aptos a participar, o tema da qualificação dos cidadãos não é esquecido. Note-se que, dentre as preocupações do autor, encontra-se a de garantir a qualidade do governo representativo no mo-

4 Devemos atentar, como nos sugere Araújo (2000), que os receios e até a negação da democracia é marca dos republicanos da antiguidade clássica: “Políbio, Cícero, Plutarco, Tácito, Salústio, Tito Lívio e, principalmente, Aristóteles. Graças à influência dessa linhagem de autores, aquele que, nos tempos modernos, virá a ser chamado “republicano”, tomará como modelos de boa constituição as de Esparta e Roma, e será um ardoroso crítico tanto da tirania quanto da democracia.” (ibidem, p. 9).

5 O governo representativo em si é anterior à ideia de uma democracia representativa. Para uma exposição cuidadosa dessa passagem, ver capítulo 2 da obra de Dahl (2012).

mento em que este deveria incorporar as massas à comunidade política por meio do sufrágio. Para Stuart Mill, era fundamental que, no processo de ampliação da participação política para as classes populares no século XIX, fosse dada atenção especial à “educação da inteligência e dos sentimentos” enquanto o caminho para formar o cidadão com condições de votar e discutir política, libertando-o do trabalho rotineiro e envolvendo-o com as questões públicas para que não se amesquinhasse dentro dos interesses privados⁶.

Embora o formato representativo tenha contribuído para a consolidação dos estados nacionais e para o desenvolvimento das noções de direitos, liberdade individual e autonomia, também é certo que, historicamente, a democracia representativa e o foco nos procedimentos institucionais começaram a se deparar com sérios problemas. Entre eles, a sensação de afastamento dos cidadãos em relação às decisões tomadas pelos representantes e a supervalorização dos direitos e obrigações individuais em detrimento das responsabilidades públicas (Dahl, 2012).

Esse diagnóstico faz retornar justamente a pauta do republicanismo que resgata a importância de como o cidadão, gozando de liberdade, age na esfera pública, participa dos negócios públicos e desenvolve confiança mútua nos seus concidadãos, bem como nas instituições que regulam a vida em comunidade (Bignotto, 2004). Portanto, é nesse contexto que o tema da cidadania volta à agenda da teoria política no final dos anos 1980, tendo como um dos seus fios condutores o problema da formação dos cidadãos⁷, não mais restrito à tradição republicana.

Considerando que essa questão se tornou central para o aprimoramento democrático em circunstâncias de apatia política, diversas vertentes teóricas procuraram dar respostas a como fomentar virtudes e engajamento dos cidadãos naquilo que é público (Kymlicka e Norman, 1996). Dentre elas, vale ressaltarmos duas que, em nossa compreensão, dão sentido à maneira como a formação dos cidadãos vem sendo tratada, inclusive no cenário brasileiro.

A primeira vertente é a participativista. Sem a pretensão de desdobrar as questões dessa literatura específica, importa assinalar que no tocante a problemática da cidadania, uma parte dessa vertente estabelece uma relação positiva entre participação dos cidadãos e qualidade do regime político. Essa relação é conduzida tanto pela compreensão que a participação possui um efeito fomentador de virtudes cívicas (engajamento, solidariedade social, tolerância, legitimidade

6 Stuart Mill (1964), com destaque para o capítulo VIII.

7 Outra pauta que faz emergir a discussão em torno da cidadania está relacionada à questão da identidade em contexto de pluralismo cultural, envolvendo a ideia de justiça social.

das instituições políticas, confiança mútua, entre outros) como pela ideia de que quanto mais sensível e aberto o regime for à participação política da sociedade, mais potencial democrático ele tende a possuir na medida em que o processo de tomada de decisões torna-se mais poroso e tangível aos interesses plurais da sociedade (Gurza Lavalle, 2011).

A despeito das variações de efetividade da participação que a avaliação empírica possa revelar, o fato é que a ação participativa reforça o elemento da qualificação dos cidadãos como um ponto relevante no âmbito do que se convencionou chamar de “participação cidadã”. Nos dias atuais, essa categoria de prática política da cidadania encontra-se em nítida evidência.

A segunda vertente, a liberal, começa a tratar da questão da formação dos cidadãos, apontando que, antes mesmo da participação política, é imprescindível desenvolver um processo educacional capaz de disseminar valores essenciais à vida em uma democracia, tornar inteligíveis os procedimentos institucionais básicos ainda pouco compreendidos pela maioria dos cidadãos e, então, promover o engajamento público por meio da ação social⁸. Essa perspectiva vem se efetivando por meio da iniciativa de diversos setores da sociedade.

Desse modo, o tema da qualificação para a cidadania ocupa um espaço de intersecção entre o repertório da participação e o dos liberais. Isso ocorre, também, no contexto brasileiro, no qual a aproximação dessas duas vertentes começa a se desenhar por meio do debate dos anos de 1970 e 1980 sobre os movimentos sociais e o início da transição democrática. É possível dizer que nesse contexto emerge um modelo de cidadania caracterizado pelo engajamento e pela mobilização da luta política.

O processo de redemocratização dos anos de 1980 remonta, no início dos anos de 1990, à questão de como deve ser esse “cidadão democrático” e quais os atributos ele deve possuir para superar o que seria um déficit de “cultura cidadã” (Benevides, 1994, 1996; Carvalho, 2000). Além disso, superar um passado his-

8 O livro *Democratic Education* (1987) de Amy Gutmann é representativo de como a pauta da educação para a cidadania ocupou um espaço na teoria democrática liberal. A autora pensa a educação democrática em múltiplos níveis na sociedade e em diversas etapas da vida social. Além disso, fixa conteúdos específicos a serem abordados por essa educação, a qual contribui para o fortalecimento de uma sociedade democrática. Para Gutmann, a educação democrática é central enquanto compromisso com a democracia e, portanto, deve estar inserida como um tema fundamental da teoria democrática. Além dela, diversos trabalhos, em diferentes abordagens, apontam a necessidade da educação para a cidadania ou avaliam positivamente a função que esse tipo específico de educação pode ter no que se refere à disposição dos cidadãos em participar e em apoiar a democracia. Ver: Macedo (1990); Benevides (1994, 1996); Galston (1991, 2001, 2004); Dahl (2001).

toricamente marcado pela falta de autonomia política dos indivíduos, pela lógica dos “favores” e das “doações” vindas do Estado (Carvalho, 2001) e pela “cidadania regulada” (Santos, 1979). A literatura ainda observa nos novos mecanismos institucionais de participação – referendo, plebiscito, iniciativa popular e conselhos gestores – possíveis potencializadores do poder político de uma “nova cidadania” ou uma “cidadania ativa”, que exigiriam um esforço de formação dos cidadãos (Comparato, 1993; Benevides, 1991, 1994).

Em perspectiva teórica, o que nos chama a atenção é a crescente incorporação, pelo pensamento democrático, do princípio republicano segundo o qual um regime político necessita que a liberdade do cidadão se projete na cena pública por meio de uma participação orientada por conhecimentos, valores e responsabilidades.

Sendo assim, mesmo levando em consideração o fortalecimento institucional da democracia brasileira, a discussão que se desdobra no início do século XXI segue o argumento da importância da formação dos cidadãos, enfatizando temas como o conhecimento das regras do jogo democrático, dos mecanismos de participação social, os valores cívicos como a tolerância, o respeito às leis e as responsabilidades dos cidadãos dentro do regime político⁹. Dessa maneira, estimular determinados comportamentos desejáveis dos cidadãos em uma democracia passou a exigir um esforço de pensar, num primeiro momento, quais são os elementos constitutivos da própria cidadania e, em seguida, quais os meios mais efetivos para ensiná-los. Ou seja, uma vez determinada a relevância da formação dos cidadãos em consonância com a democracia, a questão que se coloca, em sequência, é o que deve ser trabalhado e de que forma.

A educação para a cidadania tem sido desenvolvida por diversas instituições do terceiro setor, mas, sobretudo no caso brasileiro, tal empreendimento tem sido promovido pelas Escolas do Legislativo¹⁰. A despeito do tipo de parceria que

9 No campo da ciência política, existem duas edições de revistas acadêmicas que agruparam textos importantes nesse sentido: a edição dos Cadernos Adenauer, n.º 3, de 2010 e a edição da revista *E-Legis*, n.º 7, de 2011. Ver também: Kahne e Westheimer (2003, 2004, 2006); *The Civic Mission of Schools* (2003); Walzer (2008); Dantas (2010); Cosson (2008, 2011); Rocha e Vieira (2011).

10 O nome Escola do Legislativo é o mais comum, mas pode variar de um Parlamento para o outro, sendo chamadas de Escola do Parlamento, Escola de Governo, Instituto do Legislativo, entre outros. Alguns autores analisam positivamente alguns trabalhos que têm sido desenvolvidos por tais órgãos, mas restritos a poucas iniciativas e sem uma análise das ações desenvolvidas por um conjunto maior de Escolas. Ver: Assis (1997); Marques Jr. (2009); Gonçalves e Casalechi (2013); Fuks (2014). A exceção é Cosson (2008), que faz uma avaliação mais abrangente do trabalho desenvolvido pelas Escolas do Legislativo das Assembleias Legislativas Estaduais.

viabilize a ação de educação para a cidadania, a premissa fundamental é que a formação política seja suprapartidária. Além disso, outro ponto importante é que a ação fuja dos padrões de ensino tradicionais, marcados por excessivo formato expositivo. Todo conhecimento a ser construído e transmitido deve estar conectado, preferencialmente, a um momento prático relacionado à vivência cidadã em uma democracia¹¹. Desse modo, a educação para a cidadania precisa simular a situação real que torna determinado conteúdo teórico importante.

Segundo Kahne e Westheimer (2003), a participação e o engajamento político de qualquer cidadão pressupõem a criação de oportunidades para que ele entenda o sentido das regras institucionais e por quais meios é possível intervir. Apenas dessa maneira é viável pensar em uma primeira motivação para a participação: expondo como fazê-lo. Mais do que isso, é necessário estimular um aspecto vinculativo da ação cidadã, isto é, mostrar como as ações podem ocorrer a partir de um comprometimento coletivo que em diferentes períodos históricos surtiram efeitos positivos para todos que se engajaram em uma determinada causa.

A estrutura de incentivo à participação também pode motivar os cidadãos à reflexão sobre os problemas locais, explorando suas causas e as possibilidades de enfrentá-las; estimular o associativismo em torno de pautas relevantes para o grupo com o qual está trabalhando; e criar experiências deliberativas sobre temas atuais que circulam na mídia, colocando o cidadão em situação que precise se posicionar sobre o tema ou simular ser um representante político (The Civic Mission of Schools, 2003).

Em suma, essa literatura recente tem avançado em dois sentidos. O primeiro, de caráter mais propositivo, expõe diversas experiências de educação para a cidadania e os conteúdos que podem ser desenvolvidos. O segundo procura avaliar, ainda de modo incipiente, as ações de educação para a cidadania e o trabalho das instituições que as fomentam.

2. O PARLAMENTO JOVEM: A PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE, ESCOLA DO LEGISLATIVO E INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

■ As mudanças constitucionais no Brasil, verificadas nas últimas décadas, colocaram para a sociedade e o Poder público o desafio de ampliar a participação e de torná-la efetiva do ponto de vista institucional. Dentre os desafios apresentados

11 O documento The Civic Mission of Schools (2003, p. 20-21) e obra dos autores Kahne e Westheimer (2003, p. 65) chamam a atenção para esses pontos.

por esse novo arranjo, que se tornou descentralizado, está a qualidade da formação política dos cidadãos. Nesse sentido, uma das novas prerrogativas das instituições tem sido envolver o Poder Legislativo Municipal, dada sua proximidade com os cidadãos, no processo de formação e capacitação dos agentes políticos. Para que os cidadãos possam intervir politicamente, de maneira mais qualificada e ativa, diversas experiências têm sido realizadas pelo Sistema de Ensino do Legislativo, que compreende o conjunto de Escolas do Legislativo em âmbito estadual e municipal. Essas novas instituições têm realizado diversos trabalhos de qualificação dos quadros do poder público e de formação política dos cidadãos. Algumas Escolas têm estabelecido parcerias com institutos e órgãos de pesquisa, escolas técnicas e profissionais, bem como com universidades para realização de seus objetivos (Cosson, 2008).

Em 2013, a Câmara Municipal de Araraquara¹² criou sua Escola do Legislativo. Com isso, a instituição propiciou a oportunidade de maior aproximação com a Faculdade de Ciências e Letras da UNESP com vistas a colaborar na realização de projetos e eventos de natureza formativa e cultural. Em especial, com o Laboratório de Política e Governo da UNESP (LABPOL)¹³. Nesse con-

12 Para efeito de contextualização, a cidade de Araraquara está localizada na região central do estado de São Paulo, distante cerca de 270 quilômetros da capital paulista e com uma população de aproximadamente 224 mil habitantes em 2014. Ela aparece na lista dos municípios que possuem melhor qualidade de vida, com Índice de Desenvolvimento Humano considerado muito alto de acordo com os dados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 2010, no qual atingiu 0,815. Em relação à renda *per capita*, no ano de 2011, Araraquara chegou a um valor próximo a R\$ 25 mil reais. No entanto, a desigualdade está presente, principalmente quando se considera seu índice de Gini, o qual atingiu o valor de 0,500 em 2010. Tal disparidade também se torna perceptível no que diz respeito às condições educacionais nas regiões centrais da cidade em comparação às regiões periféricas. Ainda em termos econômicos, embora haja a presença do agronegócio na produção de açúcar, álcool e laranja, destaca-se a força do setor de serviços e comércio, responsável por mais de 65% da ocupação profissional de uma população majoritariamente urbana.

13 A importância de um projeto como este para Universidade justifica-se: 1) pelo fato de a Universidade poder contribuir diretamente com a sociedade ao oferecer conhecimento qualificado em uma área que impacta cotidianamente a vida dos indivíduos (como é a área política); 2) pela inserção dos pesquisadores (graduandos, pós-graduandos e recém-doutores) em um ambiente de pesquisa e docência que os desafia a elaborar metodologias próprias de ensino e a cumprir com um dos elementos do tripé universitário que é a divulgação do conhecimento científico, através das atividades de extensão; 3) pela interação entre os alunos de graduação e os de pós-graduação, complementando a formação discente por meio do aprimoramento e da socialização da construção de novos conhecimentos, através do trabalho em equipe no desenvolvimento da pesquisa, na construção de materiais didáticos e metodologias de ensino; 4) pela possibilidade de contribuir para possíveis reformulações de concepções e práticas curriculares da Universidade, em especial na graduação, no que tange a licenciatura no Curso de Ciências Sociais.

texto, foi proposta a parceria entre Escola do Legislativo e LABPOL para o desenvolvimento do projeto de educação política denominado “Parlamento Jovem”.

O trabalho intelectual de preparação dos conteúdos e desenvolvimento de metodologias de ensino para esse projeto ficou sob a responsabilidade da equipe do LABPOL, que nele tem atuado como pesquisadores e docentes, desde 2014. A equipe é formada por alunos da pós-graduação¹⁴, recém-doutores e um supervisor, este, coordenador do Laboratório de Política e Governo¹⁵. Já a instituição financiadora das três edições do projeto Parlamento Jovem foi a Câmara Municipal de Araraquara.

O foco do trabalho de docência e de pesquisa do projeto Parlamento Jovem consistiu na escolha de temas e de metodologias que propiciassem o aprendizado sobre: 1) a relação entre os poderes no Brasil; 2) a organização dos trabalhos dentro da Câmara Municipal e a diferença entre as modalidades de projetos e de dispositivos que tramitam no Legislativo; 3) as funções do vereador, nas diferentes etapas do processo legislativo; 4) a importância dos procedimentos institucionais que garantem a continuidade das ações políticas e transparência nos projetos propostos pelos membros do Legislativo; 5) o funcionamento das instâncias decisórias, como o Plenário e as Comissões Permanentes; 6) o acesso e interpretação de informações importantes relativas aos representantes através de sites oficiais; 7) as possibilidades de participação na Câmara Municipal e da realização de *accountability* vertical sobre os parlamentares, através do acompanhamento de sessões ordinárias e extraordinárias, nas quais são decididas as políticas de impacto local.

Tal opção temática pautou-se na ideia de que o fortalecimento da democracia depende de uma mudança de comportamento dos cidadãos, sendo importante educá-los. Essa ideia fundamenta-se na convicção de que os cidadãos precisam ser ensinados a viver em uma democracia, uma vez que a própria consolidação democrática depende não somente do fortalecimento das instituições, mas também de uma cultura política nutrida por práticas e valores democráticos, tal como identificado na seção anterior a partir da revisão bibliográfica.

A articulação entre pesquisa, ensino e extensão, além de inovadora para a pós-graduação, foi fundamental para assegurar a relação entre o saber acadêmico e a prática social. Os membros do LABPOL contribuíram para que os estudantes de escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio tivessem conta-

14 Alunos do mestrado e doutorado nas áreas de Ciência Política e Sociologia.

15 Em 2015, o projeto obteve uma bolsa para aluno de graduação junto à Pró-Reitoria de Extensão Universitária (PROEX) da UNESP. Isso significa que o projeto envolve, na instituição, alunos de todas as etapas do ensino superior.

to teórico e prático com a dimensão representativa da política durante as edições do projeto. Em cada edição, o projeto foi dividido em duas fases. Na primeira, realizou-se um curso de formação política, na segunda, uma oficina de processo legislativo.

Em 2014, o Parlamento Jovem teve como público-alvo os estudantes do 9º ano do ensino fundamental de 24 escolas de Araraquara. A primeira fase do projeto compreendeu o curso de formação política. Já a segunda fase, consistiu na realização da oficina de projetos de lei, que se subdividiu em duas partes: uma teórica e outra prática. Na teórica, os membros do LABPOL explicavam o uso, o funcionamento e os possíveis impactos de um projeto de lei. Após tal apresentação, os jovens, organizados em duplas, eram convidados a vivenciar o processo de criação de um projeto de lei. Para esta atividade, os estudantes eram organizados em dupla e orientados a buscar alternativas para tentar melhorar a cidade ou resolver questões que considerassem problemáticas no município. A produção legislativa resultante dessas oficinas passava por um processo de seleção interna na unidade escolar, o que resultava na escolha de um dos projetos de lei para representar a instituição na Câmara, com a finalidade de concorrer a uma das 18 cadeiras dos vereadores jovens, mesma quantidade de vereadores oficiais do município. Já na Câmara, esta propositura passava por uma nova seleção, culminando na seleção dos 18 melhores projetos. Após a divulgação dos resultados, tinha início a terceira e última fase do Parlamento Jovem. Diferente das outras fases, esta acontecia nas dependências da Câmara Municipal de Araraquara. Cada dupla de estudantes que teve seu projeto selecionado conhecia o Legislativo, recebia nova formação para entender sobre como participar de uma sessão parlamentar oficial e treinava para guiar uma sessão por si próprios. Durante esta formação, também ministrada pela equipe do LABPOL, os 36 jovens faziam a eleição da Mesa Diretora jovem e aprendiam como atuar no Plenário. Após esse treinamento, realizou-se a primeira sessão do Parlamento Jovem de Araraquara, na qual os vereadores jovens apresentaram suas propostas, sendo ela transmitida para toda a cidade ao vivo pela internet, rádio e televisão.

Na edição de 2015, no primeiro semestre, o Parlamento Jovem teve como público-alvo novamente os estudantes do 9º ano do ensino fundamental. Inclusive, houve ampliação das escolas participantes, passando de 24 para 32. Nesta edição, as fases do projeto foram iguais à edição anterior. Contudo, a oficina passou a contemplar além da produção de projetos de lei, a possibilidade dos alunos apresentarem indicações e requerimentos de solicitação de informações. Essa mudança se justificou pelo fato de várias das propostas dos alunos

não terem a possibilidade de serem encaminhadas dentro da Câmara enquanto projetos de lei¹⁶.

Na 2ª edição de 2015, realizada no segundo semestre, o Parlamento Jovem teve como público-alvo os estudantes do 2º ano do ensino médio de 18 escolas de Araraquara. A estrutura do projeto também foi mantida. No entanto, seus conteúdos e abordagens foram reformulados e aprofundados em virtude da mudança do perfil do público participante. No que diz respeito à vivência na Câmara, aparentemente os estudantes do ensino médio conseguiram transpor os conhecimentos teóricos para o plano prático, retendo desta experiência a compreensão da responsabilidade que recai sobre os parlamentares, inclusive, se posicionando como futuros eleitores e possíveis candidatos, diferenciando-se nesse sentido do público jovem do ensino fundamental.

Se a atividade de extensão acima apresentada foi finalizada com a sessão jovem de cada edição, o trabalho de pesquisa sobre educação política é permanente. A formação dos membros da equipe do LABPOL visa garantir um trabalho de qualidade, assegurando conteúdos e abordagens didáticas e o compromisso com sua revisão a partir das experiências de sala de aula (nos cursos de formação e nas oficinas).

Outro trabalho de pesquisa desenvolvido junto ao público de estudantes do 9º ano do ensino fundamental e 2º ano do ensino médio do projeto do Parlamento Jovem consistiu na elaboração e aplicação de um questionário com questões abertas e fechadas, após a realização do curso de formação política¹⁷. De

16 Um dos cuidados da Câmara é assegurar que as proposições sejam constitucionais e as iniciativas das propostas sejam pertinentes ao vereador. Várias das ideias dos alunos caminhavam no sentido de solicitar bens tangíveis ao seu bairro, como a construção de áreas de lazer, por exemplo. As justificativas dadas eram convincentes e o exercício de pensar em melhorias para a cidade esbarrava na impossibilidade formal de se encaminhar uma proposta deste tipo na forma de um projeto de lei ordinária. O mesmo valia para casos em que os alunos demandavam fiscalizar recursos públicos ou solicitar explicações por parte do Executivo sobre temas de sua responsabilidade. Por este motivo, além dos projetos de lei, flexibilizamos as regras do Parlamento Jovem possibilitando a apresentação de indicações e requerimentos pelos aspirantes a vereadores jovens. Para além dessa alteração, realizada devido à experiência em sala de aula, a literatura sobre Legislativo municipal tem indicado a importância das demais proposições e sua ampla utilização pelos vereadores no exercício das suas funções. A respeito ver: *Eleições partidos e representação política nos municípios brasileiros*, organizado por Maria Teresa Miceli Kerbauy e Marta Mendes da Rocha em 2014.

17 O questionário versou sobre a obrigatoriedade do voto; a importância do voto; o voto nas mulheres; se somos responsáveis pelos resultados da política no nosso dia a dia; se os partidos são importantes para a sociedade; o quanto eles ouvem de política em casa; se a imprensa cumpre bem o seu papel de informar a sociedade; se a participação política dos cidadãos é importante; se a educação política deveria estar na escola; se o curso de formação política que eles receberam propiciou conhecimentos novos sobre o tema; entre outras perguntas.

forma sucinta: 1.148 questionários foram computados na edição de 2014, com os estudantes do 9º ano; 1.610 questionários registrados na edição do primeiro semestre de 2015, com os alunos do 9º ano; 1.203 questionários foram aplicados na edição do segundo semestre de 2015, com os educandos do 2º ano.

Os questionários aplicados junto aos participantes do projeto, fora perguntas de caracterização pessoal (sexo, idade, se o respondente trabalha ou não), eram compostos por quatro conjuntos de questões abertas e fechadas tratando dos seguintes aspectos¹⁸: 1) concordância ou discordância dos jovens sobre sentenças relacionadas ao curso de formação; 2) fontes pelas quais se informam sobre fatos políticos; 3) concordância ou discordância em relação a sentenças que dizem respeito a temas políticos; 4) aspectos da cultura política. O objetivo foi captar as percepções desses jovens sobre temas que estão no cotidiano da política, como a corrupção, as responsabilidades cidadãs e o voto. Assim como, obter-se um quadro geral a respeito da experiência formativa que tiveram.

A esse respeito, analisando as questões fechadas, elaboramos um Índice de Concordância das sentenças relacionadas ao curso a fim de verificarmos o seu impacto e podermos comparar os dados, de modo semelhante ao que se fez em Dantas e Silva (2015). Dentre as possibilidades de respostas, cada sentença nos questionários da 1ª edição de 2014 e da 1ª edição de 2015 (ensino fundamental), permitiam como resposta as opções “Concordo” ou “Discordo”. Para cada resposta “Concordo”, atribuímos um ponto. Para cada resposta “Discordo” atribuímos o ponto. A partir da soma desses pontos obtivemos um determinado valor. Este, foi dividido pela quantidade de casos¹⁹ e multiplicado por 100, obtendo-se um resultado percentual que está entre 0 e 100% no Índice. Percentuais mais próximos de 0 indicam grau acentuado de discordância em relação às sentenças. Já percentuais próximos a 100, grau acentuado de concordância com as sentenças. No caso do questionário da 2ª edição de 2015 (ensino médio), haviam mais possibilidades de resposta. As opções eram: “Discordo totalmente”, “Discordo em partes”, “Concordo em partes” e “Concordo totalmente”. A fim de facilitar o cálculo do Índice, manteve-se a mesma lógica de pontuação explicada anteriormente. Para isso, aglutinamos as respostas em duas: as respostas discordantes foram somadas e colocadas em uma única categoria, “Discordo”. As respostas

18 As questões que compuseram o questionário aplicado no projeto de Araraquara basearam-se em resultados de pesquisas a partir de experiências de formação política coordenadas pela Fundação Konrad Adenauer, descritos em trabalhos anteriores por Dantas (2013 e 2014).

19 A quantidade de casos considerada foi o total de respostas “Concordo” ou “Discordo”. As respostas “Não tenho opinião” ou quem deixou de responder à sentença, não integraram esta conta.

concordantes, colocadas em uma única categoria, “Concordo”. A Tabela 1 mostra os dados do Índice de Concordância para todas as edições do projeto.

TABELA 1. Índice de Concordância sobre sentenças relacionadas ao curso

Sentença	Edições do Projeto Índice de 0 a 100 em %		
	1º Edição 2014	1º Edição 2015	2º Edição 2015
O curso mudou minha forma de entender o poder legislativo (2014)			
O curso me ajudou a entender o sistema político brasileiro (2015)	90,2	97,4	92,4
O curso me ajudou a mudar minha forma de entender a política (2015 – 2ª Edição)			
O curso me trouxe conhecimentos novos	96,0	96,6	97,6
O curso deve continuar sendo oferecido neste local para outras turmas (2014)	94,4	95,0	97,6
O curso deve ser oferecido em outros lugares (2015)			
Eu recomendo esse curso para outros cidadãos	94,9	95,6	97,0
O curso me incentivou a buscar mais informações sobre política	67,6	79,3	83,8
A educação política deveria estar presente nas escolas	84,9	88,5	92,3

Fonte: Banco de dados do Projeto Parlamento Jovem – LABPOL.

Destacamos que as quatro primeiras sentenças, que dizem respeito à avaliação do curso de maneira geral e a sua recomendação para continuar sendo ofertado na escola ou para outros cidadãos, obtiveram, em todas as edições, um alto grau de concordância. Em todas elas, os valores estão acima dos 90%. As duas primeiras sentenças indicam que os cursos ofertados nas diferentes edições contribuem para o jovem compreender aspectos do funcionamento da política institucional bem como elementos de cultura política, uma vez que estas são as ênfases dadas nos cursos.

Em relação às duas últimas sentenças, que dizem respeito ao curso incentivar a busca de novas informações políticas nos jovens e a educação política ser tema presente na escola, há diferenças entre as edições. Em relação a essa primeira sentença, o curso ministrado na 2ª edição, para o ensino médio, obteve o maior grau de concordância entre as edições. O menor grau verificado foi na 1ª edição de 2014. Isso mostra que o processo de aperfeiçoamento do curso entre as edições gerou efeito positivo na percepção dos alunos para buscarem mais informações políticas. Deve-se também ao fato de que os recursos didáticos utilizados e as questões levantadas em sala de aula parecem ter ficado mais desafiadoras para os

jovens entre as edições, devido ao foco temático do curso variar entre elas. Na 1ª edição de 2015, o foco temático do curso foi a corrupção, tema que ganhou centralidade no debate político devido à repercussão da operação Lava Jato no país. Já na 2ª edição de 2015, o tema principal foi a necessidade de nos livrarmos de alguns preconceitos sobre o que sabemos de política, a fim de abrirmos nossa mente para compreender ela em bases mais críticas. O tema da corrupção também esteve presente nesse caso. Nessas edições é que o Índice atinge os percentuais mais altos. Na 1ª edição de 2014, atingiu-se o menor percentual, o tema havia sido responsabilidade cidadã com o que é público, o que pode ter gerado menor interesse nos participantes em buscar informações sobre o assunto.

Quanto às fontes de informação política, embora o público jovem seja marcado pela predominância dos meios digitais em suas formas de sociabilidade, nos chama a atenção o fato de que ele se informa, principalmente, por meio da Televisão. Em todas as edições, o percentual dos que se informam por este meio de comunicação fica sempre acima dos 85%. As redes sociais aparecem, em uma média das três edições, na casa dos mais de 55%, sendo próxima delas a média da Escola/Palestras, na casa dos 50%. Portanto, há boas razões para considerarmos que o curso ministrado no ambiente escolar pode influenciar o jovem de maneira muito positiva, levando em conta que este espaço é importante para a sua obtenção de informações políticas e devido à aceitação e contribuição do curso para a obtenção de novos conhecimentos, conforme constatado no Índice de concordância sobre as sentenças relacionadas ao curso. Os dados sobre as fontes de informação política estão na Tabela 2.

TABELA 2. Fontes pelas quais os jovens se informam sobre fatos políticos

Fonte	Edições do Projeto valores em %		
	1º Edição 2014 (N = 1.148)	1º Edição 2015 (N = 1.610)	2º Edição 2015 (N = 1.203)
Televisão	90,7	86,0	85,5
Rádio	38,3	33,5	21,7
Jornais/Revistas	46,6	47,0	47,1
Escola/Palestras	48,4	43,7	56,1
Redes Sociais	46,1	59,0	63,9
Conversas com amigos/Familiares	32,9	35,8	41,3

Fonte: Banco de dados do Projeto Parlamento Jovem – LABPOL.

Fora a Televisão, os meios de informação mais tradicionais são pouco utilizados pelos jovens, como o Rádio e as Conversas com amigos/Familiares. Dentre eles, o que apresenta uso mais significativo são os Jornais/Revistas, embora não chegue a 50% das preferências em nenhuma das edições. Se considerarmos que os meios de obtenção de informação política são importantes para a formação da percepção dos jovens, a escola cumpre um papel estratégico nesse sentido. Conforme mostrado anteriormente na Tabela 1, após a experiência de formação, há uma alta concordância entre os jovens de que a educação política deveria estar presente nas escolas. O Índice ficou na casa dos mais de 80% neste quesito. Esse processo formativo é fundamental, uma vez que persistem algumas percepções entre os jovens de que a política é o espaço no qual cabem lógicas antidemocráticas, como a do favor. A Tabela 3 mostra a aplicação do Índice de Concordância sobre algumas sentenças relacionadas à política.

TABELA 3. Índice de Concordância sobre sentenças relacionadas à política

Sentença	Edições do Projeto Índice de 0 a 100 em %		
	1º Edição 2014	1º Edição 2015	2º Edição 2015
Legisladores devem realizar favores que o Poder Executivo não realiza (2014)	49,6	39,5	50,8
Políticos devem realizar favores (2015)			
Políticos são todos corruptos e a sociedade é vítima deles (2014)	45,7	25,7	53,8
Os políticos são todos corruptos (2015)			
A corrupção é o maior problema do nosso país e todos nós somos responsáveis (2014)	62,7	75,5	83,7
A corrupção é o maior problema do nosso país (2015)			
Somos responsáveis pelo resultado da política no nosso dia a dia	82,3	76,2	85,9
A participação política dos cidadãos é importante para a sociedade	93,1	93,1	96,3
O voto é importante para mudar a realidade da cidade, do estado e do país	92,4	92,4	96,4
A imprensa cumpre bem o seu papel de informar a sociedade	57,4	54,1	55,1

Fonte: Banco de dados do Projeto Parlamento Jovem – LABPOL.

A primeira sentença, que diz respeito ao fato dos legisladores ou de políticos realizarem favores às pessoas, atinge uma média entre as edições de quase 40%. Isso aponta para a necessidade de se desconstruir essas percepções, visto que a educação política nos termos considerados neste artigo é voltada para a qualificação do cidadão, mediante a compreensão das regras do jogo institucional e do incentivo à participação. Ainda sobre as percepções, destaca-se que o tema da

corrupção, presente na segunda e terceira assertivas, possui uma distinção interessante. Quando se afirma que todos os políticos são corruptos, não há um padrão segundo os valores de concordância entre as edições. Na 1ª edição de 2015, o Índice atinge o menor valor, ficando em apenas 25,7%. Isso se explica pelo fato de que o foco temático havia sido a corrupção, trabalhando-se muito com a ideia de que a corrupção não é algo identificado apenas com os políticos, antes, está disseminada nas relações sociais. Certamente essa centralidade do tema influenciou na percepção dos jovens sobre essa questão, o que explica sua diferença em relação às outras duas edições, cujo Índice é mais próximo, ficando acima dos 45%.

Quanto à quarta sentença, acerca da responsabilidade cotidiana dos jovens sobre os resultados políticos, os valores ficaram acima dos 70%. Há, portanto, a formação de uma conscientização nesse sentido. Em relação à quinta e sexta sentenças, sobre participação política e voto, há uma esmagadora percepção de que esses elementos são centrais para a democracia. Nesse aspecto, mostra-se também que o curso é muito importante para se valorizar as eleições e a participação contínua do jovem no processo político, fatores que efetivamente contribuem para a mudança na política e, em decorrência disso, na própria democracia. Por fim, a última sentença, sobre confiança dos jovens na imprensa, o Índice atinge mais de 50% em todas as edições. Considerando este dado em conjunto com o de fonte de informação política, que mostrou principalmente a Televisão como meio de obtenção deste tipo de informação, podemos deduzir que o jovem confia nas notícias políticas que absorve por meio dela. A esse respeito, acreditamos que um bom caminho para edições seguintes do curso seja problematizar e incentivar o debate sobre os meios de comunicação, atentando para adoção de posturas críticas sobre o que relata-se a respeito do mundo político nesse meio, principalmente sobre a importância de se obter, sempre, informação alternativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

■ A despeito do que possa parecer num primeiro momento, a política é um tema atrativo aos jovens. Isso é apontado tanto por pesquisas nacionais quanto pela experiência descrita nesse artigo. Ademais, a preocupação com a formação política dos cidadãos percorre vasto campo da teoria política. Contudo, o formato das ações de educação para a cidadania importa.

No caso do Parlamento Jovem, foi fundamental unir duas abordagens que vem sendo destacadas pelos estudos de educação para a cidadania trabalhadas ao longo do texto. A primeira é a discussão a respeito de valores essenciais à demo-

cracia por meio da problematização de questões cotidianas que desestabilizam o que esperamos de um comportamento democrático, bem como a demonstração dos procedimentos e regras eleitorais. A segunda abordagem remete à criação da oportunidade do aprendizado conjugado à prática, isto é, na oficina prática, o jovem aplica o que aprendeu e é estimulado a enfrentar problemas locais, propondo soluções e refletindo criticamente acerca daquilo que faz parte do seu dia a dia.

No que se refere à pesquisa, no momento em que eles assinalam que o curso lhes traz conhecimentos novos e o recomendam para outros cidadãos, os jovens estão reconhecendo a importância daquelas informações para a vida social, assim como a relevância de se engajarem por meio de mecanismos institucionais do regime democrático – participação e voto – como caminho para influenciar os resultados políticos. Ou seja: os jovens enxergam que a atividade política em si é imprescindível para suas vidas, legitimam os procedimentos do regime como fundamentais e percebem que isso também lhes pertence, não é algo distante da sua realidade.

Para se aprimorar as ações de educação política é importante o monitoramento contínuo da percepção dos jovens a respeito das questões políticas. Nesse caso, devemos atentar para os temas e as abordagens que precisam ser discutidas, tendo em vista que a conjuntura pode sugerir pautas que precisam ser problematizadas no momento, como ocorreu no Parlamento Jovem de 2015, quando a corrupção ganhou centralidade na opinião pública e no debate político.

Se a escola também é um espaço no qual o jovem se informa politicamente, conforme mostrado nos dados, a formação política nesse lugar é estratégica, na medida em que possibilita impactar número significativo de jovens. Além das instituições escolares, a parceria entre Universidade e Escola do Legislativo, rende um duplo benefício para o público escolar. Por um lado, garante a ministração de conteúdos que estão em evidência nas discussões na área de ciência política e sociologia de maneira didática, devido ao perfil de pesquisa e docência dos educadores. Por outro lado, possibilita a aproximação do jovem a um espaço institucional, o da Câmara Municipal, permitindo que experiencie a dimensão prática da política no exercício de uma função representativa.

ALESSANDRA SANTOS Nascimento · Doutora em Sociologia pela UNESP/Araraquara. Foi Diretora Acadêmica da Escola do Legislativo da Câmara Municipal de Araraquara. Pesquisadora do Laboratório de Política e Governo da UNESP.

BRUNO SOUZA da Silva · Doutorando em Ciência Política pela UNICAMP. Pesquisador do Laboratório de Política e Governo da UNESP.

EDUARDO SEINO · Mestre em Ciência Política pela USP. Pesquisador do Laboratório de Política e Governo da UNESP.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. República e Democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n° 51, p. 5-31, 2000.
- BENEVIDES, M. V. de M. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito, e iniciativa popular*. São Paulo: Ed. Ática, 1991.
- _____. Cidadania e Democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n° 33, p. 5-17, 1994.
- _____. Educação para a Democracia. *Lua Nova*, São Paulo, n° 38, p. 223-237, 1996.
- BIGNOTTO, N. Problemas atuais da teoria republicana. In: CARDOSO, S. (Org.). *Retorno ao Republicanismo*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 17-43, 2004.
- CARVALHO, J. M. Cidadania na Encruzilhada. In: BIGNOTTO, N. (Org.). *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 105-130, 2000.
- _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COSSON, R. *Escolas do Legislativo, Escolas de democracia*. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, Série Colóquios de Excelência; n° 1, 2008.
- _____. Letramento político: trilhas abertas em campos minados. *E-Legis*, Brasília, p. 49-58, 2011.
- COMPARATO, F. K. A nova cidadania. *Lua Nova*, São Paulo, n° 28-29, p. 85-106, 1993.
- DANTAS, H. O caráter essencial da educação política e o desenvolvimento da democracia no Brasil. *Cadernos Adenauer*, ano XI, vol. 3. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, p. 3-11, 2010.
- DANTAS, H. e SILVA, B. Educação política e participação: um estudo a partir das experiências práticas com jovens de Araraquara-SP e Suzano-SP. In: *II Encontro Internacional participação, democracia e políticas públicas*. Campinas, 2015.
- DAHL, R. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora UnB, 2001.
- _____. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- FUKS, M. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 20, n° 3, p. 425-449, 2014.
- GALSTON, W. *Liberal purposes: goods, virtues and diversity in the liberal state*. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- _____. Political knowledge, political engagement, and civic education. *Annual Review of Political Science*, vol. 4, p. 217-234, 2001.
- _____. Civic Education and Political Participation. *Political Science and Politics*, APSA, vol. 37, p. 263-266, 2004.
- GONÇALVES, G. Q.; CASALECCHI, G. A. O impacto do Parlamento Jovem sobre a confiança dos jovens mineiros. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, vol. 15, n° 24, p. 71-103, 2013.
- GUTMANN, A. *Democratic Education*. New Jersey: Princeton University Press, 1987.

GURZA LAVALLE, A. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, R. R. *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: IPEA, p. 33-42, 2011.

KAHNE, J.; WESTHEIMER, J. Teaching Democracy: What Schools Need to Do. *Phi Delta Kappan*, 85, 2003.

_____. Educating the “Good” Citizen: Political Choices and Pedagogical Goals. *Political Science and Politics*, APSA, vol. 37, p. 1-7, 2004.

_____. The Limits of Political Efficacy: Educating Citizens for a Democratic Society. *Political Science and Politics*, APSA, vol. 39, p. 289-296, 2006.

KYMLICKA, W.; NORMAN, W. El retorno del ciudadano: una revisión de la producción reciente en teoría de la ciudadanía. *Cuadernos del CLAEH*, nº 75, Montevideo, p. 81-112, 1996.

MACEDO, S. *Liberal virtues: citizenship, virtue, and community*. Oxford: Oxford University Press, 1990.

MARQUES JR, A. Educação Legislativa: as escolas do legislativo e a função educativa do parlamento. *E-Legis*, Brasília, p. 94-114, 2009.

ROCHA, M. M.; VIEIRA, R. S. O Legislativo vai à escola: as instituições políticas e o poder legislativo no âmbito da educação regular. *E-Legis*, Brasília, p. 73-86, 2011.

SANTOS, W. G. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

STUART MILL, J. *Considerações sobre o governo representativo*. São Paulo: Ibrasa, 1964.

WALZER, M. *Política e paixão: rumo a um liberalismo mais igualitário*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.